



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. - COMPANHIA ABERTA • CNPJ 04.913.711/0001-08 • NIRE 1530000114
Avenida Presidente Vargas, nº 251, Centro – CEP 66.010-000 – Belém-Pará



19.4 Rendas de tarifas bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2º semestre 2016	31.12.2016	31.12.2015
Confecção de cadastro	1	3	24
Exclusão do cadastro emitentes cheques s/fundos	132	298	358
Contra ordem, posição e sustação de cheques	8	21	52
Fornecimento de folhas de cheque	83	170	227
Saque de conta depósitos a vista e de poupança	1.359	2.653	2.651
Fornecimento de extrato mensal ou de período	100	206	329
Transferência por meio Doc/Ted	92	195	961
Concessão de adiantamento a depositante	266	609	610
Cartão de crédito básico – anuidade	1.332	2.458	2.681
Cadastro	13	46	80
Contas de depósitos	1.695	3.124	1.981
Transf. Entre contas da própria instituição	48	87	74
Transferência de recursos	978	1.786	758
Operações de crédito	80	176	270
Outras Rendas	3.558	5.901	4.613
Convênios	5.107	10.026	9.850
Total	14.852	27.759	25.519

19.5 Despesas de pessoal

Despesas de Pessoal	2º semestre 2016	31.12.2016	31.12.2015
Honorários	(1.000)	(1.997)	(2.011)Encargos
Sociais	(39.467)	(71.450)	(61.643)
Benefícios	(28.026)	(50.742)	(42.510)
Proventos	(95.119)	(175.214)	(138.072)
Renumeração de Estagiários	(819)	(1.544)	(1.131)
Treinamento	(1.387)	(2.182)	(1.677)
Total	(165.818)	(303.129)	(247.044)

19.6 Outras despesas administrativas

Outras Despesas Administrativas	2º semestre 2016	31.12.2016	31.12.2015
Água e Energia	(3.934)	(7.463)	(7.069)
Aluguéis	(6.471)	(11.858)	(9.519)
Comunicações	(10.446)	(22.822)	(28.235)
Contribuições Filantrópicas	(93)	(162)	-
Honorários	-	-	(2.010)
Manutenção e Conservação de Bens	(6.044)	(9.598)	(6.418)
Material	(1.085)	(2.079)	(1.959)
Processamento de Dados	(36.521)	(68.767)	(44.958)
Promoções e Relações Públicas	(2.651)	(5.263)	(6.491)
Propaganda e Publicidade	(2.809)	(6.668)	(7.076)
Publicação	(891)	(2.263)	(1.134)
Seguro	(71)	(205)	-
Serviços do Sistema Financeiro	(13.468)	(22.322)	(13.795)
Serviços de Terceiros	(11.017)	(23.708)	(28.256)
Serviços de Vigilância	(19.837)	(38.937)	(32.572)
Serviços Técnicos Especializados	(5.588)	(9.387)	(9.277)
Transportes	(9.024)	(16.630)	(15.114)
Viagens	(471)	(917)	(868)
Multas Aplicadas	(16)	(22)	(19)
Amortização	(5.355)	(9.724)	(7.539)
Depreciação	(5.804)	(11.747)	(12.590)
Outras Despesas Administrativas	(3.142)	(5.780)	(3.409)
Total	(144.738)	(276.322)	(238.508)

19.7 Despesas tributárias

Despesas Tributárias	2º semestre 2016	31.12.2016	31.12.2015
Contribuição ao PIS/PASEP	(3.658)	(7.009)	(6.188)
Contribuição ao COFINS	(22.509)	(43.131)	(38.216)
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(2.090)	(3.981)	(3.472)
Despesas Tributárias	(251)	(902)	(705)
Total	(28.508)	(55.023)	(48.581)

20. Outras informações

No curso normal das atividades de fiscalização das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o Banco Central do Brasil (BACEN) vem realizando fiscalizações no BANPARA, o que culminou na emissão de determinados Ofícios, em especial sobre os procedimentos e controles da área de operações de crédito, cujos assuntos reportados pelo BACEN estão sendo tratados e implementados pela Administração do Banco e, ainda, objeto de verificação final pelo referido Órgão Regulador e Fiscalizador. A Administração do Banco julga que tais assuntos não trarão impactos nas Demonstrações Contábeis do Banco.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores do Banco do Estado do Pará S.A.
Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3h e 7.2, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas demonstrações contábeis e de R\$ 147.196 mil, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias, e demais fatores e premissas da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas da carteira. Devido a relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nós avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de crédito, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº3h e 7.2, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Provisões e passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3p e 12, o Banco é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo o total de provisão registrado nas demonstrações contábeis monta R\$ 2.961 mil, R\$ 10.365 mil e R\$ 35.278 mil, respectivamente. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem grau de complexidade elevados, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativa a processos requer julgamento profissional do Banco. Devido à relevância, especificidades e julgamentos envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em